

Políticas Públicas no Contexto dos Arranjos Produtivos Locais: uma Revisão Sistemática da Literatura

Cristiano Camargo – camargo_cris@hotmail.com

Faculdade Politécnica de Uberlândia

Márcia Freire de Oliveira – marciafreire@fagen.ufu.br

Faculdade de Gestão e Negócios – Universidade Federal de Uberlândia

Área Temática: Gestão e Políticas Públicas

Resumo

Os Arranjos Produtivos Locais (APL) têm apresentado desde os anos 1980 um importante papel socioeconômico, pois sua atuação em âmbito local possibilita o desenvolvimento das aglomerações de empresas e das localidades em que se encontram. Uma das contribuições para o desempenho dos APL é creditada às políticas públicas, que compreendem a participação em conjunto dos agentes públicos e privados na formulação de propostas e execução de ações que promovam o desenvolvimento local nas regiões onde os APLs estão instalados. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo avaliar, por meio de revisão sistemática, a produção bibliográfica sobre políticas públicas no contexto dos arranjos produtivos locais. A revisão sistemática qualitativa da literatura tem como finalidade sintetizar os resultados de pesquisas relacionados a um problema específico, analisando as contribuições em determinada área ou setor. Dessa forma, a busca dos artigos foi feita no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerando-se os artigos publicados entre 2005 a 2014. A busca resultou em cento e dezenove artigos, sendo que destes, vinte e sete foram selecionados, sendo possível agrupá-los nos seguintes temas: análise de APLs e apontamento de políticas públicas; análise de políticas públicas implementadas nos APLs e; outros.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Arranjo Produtivo Local, Revisão Sistemática.

1. Introdução

No contexto das aglomerações de empresas ou *clusters* tais como, os centros industriais e os pólos de desenvolvimento, inserem-se os Arranjos Produtivos Locais (APLs), cujo desenvolvimento econômico e social apresentado por este tipo de aglomeração vem ampliando o interesse pelo tema. Em decorrência do avanço dos APLs, as pesquisas procuram avaliar os fatores que contribuem para o desempenho dos mesmos, sobretudo o papel das políticas públicas para o crescimento das empresas e das localidades onde se encontram estes arranjos, o que leva em conta o impacto destas políticas para os governos locais onde há reduzida capacidade econômica e administrativa (MATTOS, 2008).

Os APLs se desenvolveram, adequando-se à política neoliberal dominante nos anos 1980/90 de menor intervenção governamental na economia, uma vez que os arranjos aproveitavam o potencial produtivo das entidades de direito privado locais, cuja iniciativa destas entidades reduziria significativamente a necessidade de vultosos investimentos públicos ou concessão tributária, cabendo ao governo políticas públicas pontuais (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004).

Santos, Diniz e Barbosa (2004) apontam um que um importante elemento no avanço desses arranjos baseou-se no cooperativismo entre os atores, pois esta cooperação permitiu o maior nível democrático e de envolvimento do setor público com as demandas econômicas e sociais das regiões, os quais estão inseridos em um conjunto de atividades.

Outro fator de destaque nos APLs, e que posteriormente serviu à sua difusão, decorre de uma de suas principais características: a presença de pequenas e médias empresas, concentradas espacialmente no conjunto da cadeia produtiva, atuando sinergicamente e cooperativamente. Conforme observam Cassiolato e Lastres (2003), quando se usufrui das sinergias coletivas mediante a participação em arranjos produtivos locais, elevam-se as chances de sobrevivência e crescimento das médias e pequenas empresas.

O envolvimento cooperativo entre os agentes sociais, tanto de caráter público ou privado, traz efeitos positivos para o desenvolvimento endógeno das localidades onde os APLs se formam, em especial, das entidades produtivas de médio e pequeno porte. Neste sentido, Benko (1999) ressalta que o APL permite a reestruturação espacial para o desenvolvimento econômico endógeno, ou seja, um processo de articulação dos atores ou agentes locais, com enfoque em dois pilares que são as forças produtivas locais e a concentração espacial de empresas.

Marini e Silva (2010) ressaltam algumas características comuns presentes nos APLs: a concentração geográfica e setorial de empresas; a forte presença de pequenas empresas; os vínculos interativos entre os agentes locais; estabelecimento de laços de cooperação e aprendizagem entre os atores do arranjo, entre outras. Porém Mason, Castleman e Parker (2008) apontam que o desenvolvimento de arranjos produtivos locais é bastante dependente das características do contexto local (como história, cultura, tipo de atividade, lideranças), deste modo cada região possui uma realidade diferente.

Assim, conforme colocam Fournier e Muchnik (2012) as políticas públicas de apoio aos APLs não devem ser universais, e sim considerar elementos como: o nível de desenvolvimento; recursos territoriais existentes e necessidades específicas de cada arranjo. Considera-se assim que a atuação governamental tem finalidade de agir diretamente ou através de delegação no diagnóstico, planejamento, execução e avaliação das ações e políticas.

Rua (2009, p. 20) afirma que “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”. Para isso faz-se necessário entender e apropriar-se do termo políticas públicas como ferramenta para auxiliar a tomada de decisões, ou seja, conhecer e identificar as demandas sociais, estabelecer contatos com os principais atores envolvidos, solicitando-lhes que façam apontamentos sobre o melhor caminho a ser seguido, discutindo e sugerindo alternativas e soluções viáveis para o problema diagnosticado (CALDAS, 2008).

De forma geral a política pública traduz-se em conjunto de ações suscitadas pelo Estado, nas escalas federal, estadual e municipal visando atender a sociedade, por meio de parcerias com organizações não governamentais e com a iniciativa privada. Além de formular programas, propor e analisar linhas de financiamento com recursos públicos, com inovação das políticas existentes ou definindo estratégias diferenciadas para solucionar os problemas coletivos.

Neste sentido, Landart *et al.* (2005) reforçam que um dos aspectos mais importantes das políticas públicas é criar condições para estimular a aprendizagem interorganizacional no próprio ambiente em que se inserem estas empresas, aprendizagem esta que se refere a um processo interativo, socialmente arraigado em contexto institucional e cultural.

Dentro desse contexto coloca-se a seguinte questão de pesquisa: qual é a produção bibliográfica que trata de políticas públicas no contexto dos arranjos produtivos locais?

A fim de responder à questão de pesquisa, o presente artigo tem como objetivo avaliar, por meio de revisão sistemática, a produção bibliográfica sobre políticas públicas no contexto dos arranjos produtivos locais, sendo utilizado o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como base para a coleta dos artigos que abordam o tema. Na busca foram considerados os artigos publicados entre 2005 a 2014.

Quanto à revisão sistemática, é um tipo de pesquisa que usa como fonte de informações a literatura sobre determinado tema. De acordo com Carvalho, Prévot e Machado (2013), a revisão sistemática qualitativa da literatura, é uma forma de síntese dos resultados de pesquisas relacionados a um problema específico, analisando as contribuições em determinada área ou setor.

Este método de pesquisa agrega as informações de um grupo de estudos realizados separadamente sobre o tema escolhido, distinguindo tópicos, assuntos que demandam destaque e contribuem na direção para estudos futuros conforme descrevem Medeiros *et al.* (2011). Deste modo a revisão resume os estudos sobre certo tema, permitindo a incorporação de espectro maior de resultados relevantes, ao invés de limitar as conclusões à leitura de alguns artigos.

Contando com esta introdução, o presente artigo está dividido em 4 seções. Na seção 2 é feito o detalhamento do método utilizado para a realização da pesquisa; na terceira, os resultados são apresentados e desdobrados em 3 subseções, denominadas respectivamente: análise de APLs e apontamento de políticas públicas; análise de políticas públicas implementadas nos APLs e; outros. Na última seção são feitas as considerações finais.

2. Método

Para a realização da revisão sistemática, os artigos foram pesquisados por meio da busca eletrônica na base de dados dos Periódicos Capes. Os critérios de inclusão para a busca dos artigos foram: I) idioma – qualquer idioma; II) tipo de material – artigos; III) ano de publicação – artigos publicados nos últimos 10 anos (de 2005 a 2014). Os descritores usados para a busca foram: APL e políticas públicas; e cluster e políticas públicas, considerando o artigo completo como campo de busca.

Para o cruzamento APL e políticas públicas foram encontrados 28 artigos e para o cruzamento cluster e políticas públicas, 129 artigos. Desses 129, 10 artigos já haviam sido localizados na busca do primeiro cruzando, restando 119 artigos. Assim, o total de artigos selecionados foi de 147.

O passo seguinte consistiu na leitura dos resumos de todos os artigos, resultando no descarte de 105 artigos (por exemplo, artigos em que a palavra *cluster* estava relacionada ao método estatístico de análise, e não a cluster como aglomeração). Posteriormente foi feita a leitura completa dos 42 artigos restantes, descartando-se mais 14 artigos (por exemplo, artigos que faziam apenas menção ao termo políticas públicas no referencial teórico, mas estas não eram abordadas na pesquisa ou como propostas mediante os resultados encontrados).

Dessa forma, o corpus que representou o material de análise foi constituído por 27 artigos, que foram tabulados nas seguintes dimensões: nome do artigo; autores; periódico; ano de publicação; objetivos; base teórica de referência; método; e principais resultados.

Assim, foi possível realizar uma análise dos estudos selecionados, o que proporcionou um panorama geral da produção científica sobre políticas públicas no contexto dos arranjos produtivos locais. Após a tabulação, foram levantados os temas que emergiram da leitura e análise dos artigos, agrupando-os de acordo com a semelhança entre os estudos.

3. Resultados

Observou-se uma grande diversidade de periódicos que publicaram sobre políticas públicas no contexto dos arranjos produtivos locais, ou seja, vinte revistas. A maioria dos periódicos, dezessete, publicou apenas um artigo relacionado ao tema. As revistas que publicaram mais de um artigo foram: Agroalimentaria (três artigos); Estudios Gerenciales (três artigos) Cadernos Ebape.com (dois artigos) e Revista Paranaense de Desenvolvimento (dois artigos).

Em se tratando do ano de publicação dos artigos os anos de 2012 e 2013 foram os que tiveram um maior número de artigos publicados, 5 artigos em cada ano, seguido pelo ano de 2011, que teve 4 artigos publicados. Os anos de 2009 e 2010 tiveram 3 artigos em cada ano. Em 2006 e 2008 foram publicados 2 artigos em cada ano e os anos de 2005, 2007 e 2014 tiveram apenas um artigo publicado em cada ano. Observa-se assim que houve um crescimento do número de artigos publicados sobre políticas públicas no contexto dos arranjos produtivos locais entre os anos de 2009 e 2013, e uma queda no ano de 2014, levando em consideração que neste último ano as pesquisas consideraram o período de janeiro a novembro.

Quanto ao número de autores por artigo, 5 artigos foram escritos por um autor, cada; 15 por dois autores, cada; 4 por três autores, cada; 2 por quatro autores, cada e; apenas 1 artigo foi escrito por 5 autores. Houve uma grande diversidade em relação aos autores publicados. Apenas três autores publicaram 2 artigos, cada, os demais autores publicaram apenas 1 artigo.

Os artigos publicados foram agrupados nos seguintes temas, relacionados à políticas públicas no contexto dos arranjos produtivos locais: (1) análise de APLs e apontamento de políticas públicas; (2) análise de políticas públicas implementadas nos APLs; (3) outros. O Quadro 1 mostra a relação dos autores com os temas.

Temas	Análise de APLs e apontamento de políticas públicas	Análise de políticas públicas implementadas nos APLs	Outros
Autores	Camara e Serconi (2006); Camara, Souza e Oliveira (2006); Guaipatin (2007); Aleman (2009); Milanez e Puppim (2009); Marini e Silva (2010); Cifuentes e Londoño (2011); Fournier e Muchnik (2012); Gorestein e Moltoni (2011); Boucher (2012); Cunha, Passador e Passador (2012); Kachba e Hatakeyama (2012); Arteche, Santucci e Welsh (2013); Rodriguez, Gómez e Valencia (2013), Vásquez e Carreira (2014)	Landart <i>et. al.</i> (2005); Gomes e Santos (2008); Barroso e Soares (2009); Albino <i>et. al</i> (2010); Kronenberg, Villea e Zanin (2010); Lopez (2011); Llambi (2012); Ribeiro <i>et. al.</i> (2013)	Rodriguez e Valencia (2008); Lobo Silva e Hewings (2010); Cardoso e Guimarães (2011); Machado e Castillo (2013)

Quadro 1 – Relação dos autores com o tema

Fonte: Elaborado pelos autores

Nos três subtítulos seguintes serão detalhados os artigos relacionados a cada tema.

3.1 Análise de APLS e apontamento de políticas públicas

Camara e Serconi (2006) avaliaram os polos moveleiros do sul do Brasil (Rio Negrinho/SC, Bento Gonçalves/RS e Arapongas/PR), analisando as estratégias de crescimento, inovação e de

gestão empresarial a fim de identificar semelhanças e diferenças no desenvolvimento recente e nas formas de gestão dos polos. Para atingir os objetivos, os autores realizaram pesquisa bibliográfica visando identificar os principais constructos e categorias teóricas e identificar variáveis de análise e indicadores de desempenho. A pesquisa de campo foi feita aplicando-se questionários para quantificar os indicadores de desempenho e identificar semelhanças e diferenças entre os polos.

Os resultados revelaram que as estratégias adotadas pelas empresas são induzidas pelo aumento da competitividade e pelas novas exigências dos consumidores. As principais sugestões de política pública para esse setor foram: criação de escolas técnicas e laboratório de P&D, disponibilidade e acesso a recursos para aquisição de equipamentos, isenção fiscal e maiores incentivos do governo para que as indústrias possam desenvolver-se, ampliação de linhas de financiamento e juros menores, redução da carga tributária, planejamento para o setor e uma maior atuação do governo para promover o desenvolvimento dos polos moveleiros (CAMARA; SERCONI, 2006).

No estudo de Camara, Sousa e Oliveira (2006), o objetivo foi o de discutir o grau de desenvolvimento do corredor da moda do eixo noroeste do Paraná por meio da análise de APLs, abrangendo as cidades de Cianorte, Apucarana, Maringá e Londrina, a partir dos graus de especialização obtidos pelo cálculo dos quocientes locais de emprego e estabelecimentos. A metodologia de pesquisa é essencialmente quantitativa, mediante teste de hipóteses sobre a existência de APLs representativos em termos de números de estabelecimentos. Os resultados demonstraram que há especialização na região em relação ao Estado; e sinergias ocasionadas pelas localizações próximas. Identificou-se a predominância de etapas da cadeia de forma distinta para cada cidade analisada, com elevados graus de especialização. As vantagens de aglomeração beneficiam os quatro APLs, dada a proximidade geográfica. Os autores sugerem que os APLs sejam beneficiados pelas políticas públicas para transformar a região em polo exportador via implantação de programas como APL e Peiex (Programa de Extensão Industrial Exportadora).

O trabalho de Guaipatín (2007) discutiu como surge a Cooperação Público-Privada (CPP) para a cadeia de valor no âmbito das aglomerações agroindustriais, cuja base teórica sustenta-se nas experiências desenvolvidas no México, Chile, Colômbia e Brasil. O estudo avalia quais as condições contribuem para o desenvolvimento econômico a partir da relação público-privada. Foram feitas entrevistas em toda a cadeia de valor (empresas, sindicatos, universidades, etc.) combinando a abordagem de cluster entre empresas e instituições, geográfica e setorialmente concentradas e entre empresas geograficamente dispersas. Os resultados apontam que os produtores e comerciantes fora dessa cadeia encontram maiores dificuldades de negociação, e a CPP poderia auxiliar na integração destes. A CPP pode ser usada para implementar planos estratégicos para gestão da oferta, evitando a prática de preços predatórios, e a expansão indiscriminada de produção a fenômenos cíclicos; introduzir inovações em processos, produtos e deliberadamente estabelecer novas barreiras à entrada. Estas ações poderiam aumentar a renda e desenvolvimento do território, se realizadas por meio de instituições públicas.

Já Alèman (2009), teve como objetivo aprofundar a pesquisa relativa à indústria de software e serviços de informática, com enfoque no estudo da dinâmica dos *clusters* tecnológicos em experiências locais nas cidades de Mérida - México, e Rosário - Argentina. A metodologia utilizada foi o estudo de caso em Mérida e Rosário, por meio de análise documental, além disso, foram utilizadas informações quali-quantitativas através de entrevistas abertas realizadas com membros das Câmaras Empresariais e representantes de universidades, governos e empresas.

Os resultados apontaram que: a) existe a necessidade de estabelecer maior sinergia entre governo e universidades; b) em decorrência da falta de pessoal qualificado e inadequação das IES (Instituições de Ensino Superior), principalmente as públicas e falta de produção com economia de escala e pouca oferta de crédito e capital de risco, os processos requerem cooperação, assistência técnica e recursos de longo prazo de todos os níveis de governo, que deverão assumir a liderança de estratégias, fomentar a educação e fornecer recursos financeiros, para melhoria de infraestrutura (ALÈMAN, 2009).

Milanez e Puppim (2009) debateram de que forma pode-se trabalhar o conceito de APLs para que tais arranjos não apenas estimulem o desenvolvimento econômico local e a inovação, mas também fortaleçam grupos sociais mais vulneráveis e garantam a proteção ao meio ambiente. O estudo foi desenvolvido através de estudos de caso, envolvendo revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas com integrantes do arranjo. Os resultados indicaram a necessidade de intervenção pública mediante uma política que melhore as condições de trabalho e diminua os impactos ambientais. Os autores verificaram também a necessidade de se ampliar o debate em relação aos demais APLs de base mineral por meio de políticas públicas que equilibrem as forças entre os diferentes elos da cadeia produtiva, crie alternativas econômicas no caso da exaustão das jazidas existentes, passe a tributar as atividades minerais e redesenhe os procedimentos de licenciamento de atividades minerais, para que estas ocorram de maneira mais sustentável.

Marini e Silva (2010) avaliaram o impacto das políticas de desenvolvimento regional a partir da análise do APL de Confecção Sudoeste do Paraná. O método aplicado foi o estudo de caso, com abordagem quali-quantitativa a partir da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS-MTE) e relatórios técnicos. Os resultados mostraram que o crescimento de empregos no APL ocorreu na mesma proporção do setor de confecção no Estado, mantendo o quociente locacional. Ademais, a pesquisa identificou o perfil dos trabalhadores de confecção, os quais possuem características similares, com altos índices de prevalência no Estado do Paraná e no APL, o que pode auxiliar na formulação de políticas públicas. Verificou-se a participação de órgãos como o Sindicato do Vestuário do Paraná (SINVEPAR), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Serviço Social da Indústria (SENAI/SESI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), empresários e prefeituras municipais. Contudo, as universidades e o governo do Estado do Paraná não são citados explicitamente como provedores de recursos significativos para a implementação deste plano de desenvolvimento, cabendo assim a maior participação do setor público.

Cifuentes e Londoño (2011), por sua vez, tiveram como objetivo caracterizar e medir as indústrias culturais de Cali, na Colômbia, apontando os desafios e os atores necessários ao florescimento de uma indústria cultural como motor de desenvolvimento. Outrossim, tratam como as políticas públicas podem incentivar o desenvolvimento desta indústria cultural.

A pesquisa foi efetuada como um estudo de caso na cidade de Cali, sendo um estudo descritivo. De acordo com os autores os resultados revelaram que as indústrias culturais representavam em torno de 1% do PIB gerando 2,7% do emprego da cidade, com intensiva utilização de mão-de-obra prevalecendo a informalidade. Portanto, mostrou-se necessário fomentar políticas públicas locais e nacionais que levem à formalidade da indústria cultural, contar com um ambiente político e tributário que incentive a criação da indústria, assim como com a contribuição do setor privado para o fortalecimento deste *cluster* em que são propostas ações como redução de impostos ou

incentivos fiscais. Propõe-se ainda a criação de redes de comunicação entre os *clusters* de indústrias culturais o turismo cultural.

Gorestein e Moltoni (2011) abordaram duas experiências locais na Argentina — Distrito de Maquinaria Agrícola del Oeste de la Provincia de Buenos Aires (DIMA) e o *cluster* de Las Parejas, a fim de relacionar os temas de inovação e aprendizagem em condições periféricas (países, regiões). Como metodologia foram utilizados dados primários e secundários, além das entrevistas semiestruturadas em instituições locais. Para a elaboração das entrevistas foram utilizados como guias o Manual de Oslo (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OCDE, 1997) e o Manual de Bogotá que abordam o comportamento inovador das firmas. Foram verificados que os *clusters* analisados apresentam falhas de funcionamento, deficiências e limitações que têm sido desenvolvidas em experiências de âmbito periférico. A necessidade de política pública seria de estimular a competitividade das aglomerações produtivas existentes; e induzir a formação de novos *clusters* nas situações onde se manifestam certas condições mínimas para iniciar atividades produtivas.

O estudo de Fournier e Muchnik (2012) verificou se o Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL), pode ser utilizado como ferramenta de intervenção do desenvolvimento territorial. A partir de pesquisa bibliográfica são avaliados os conceitos teóricos do SIAL e a evolução destes conceitos face ao replanejamento nos projetos de desenvolvimento agrícola. Os autores constataram que não é possível definir uma política pública nacional ou universal de identificação e apoio aos SIALs, havendo a necessidade de que tais políticas se adaptem de acordo com o nível de desenvolvimento, recursos territoriais existentes e necessidades de cada SIAL.

Boucher (2012) investigou os principais desafios da Agroindústria Rural (AIR) na América Latina, no contexto de globalização e de liberalização econômica, e analisou a evolução teórica da noção de SIAL como um sistema produtivo local durante os últimos quinze anos. O estudo é um ensaio teórico que faz a reflexão a partir dos conceitos do SIAL, em que são feitas considerações acerca de políticas de combate à pobreza nas zonas rurais. A autora traz como resultados que a introdução do SIAL onde estão incluídos os *clusters* poderia ser uma forma de desenvolver o programa que foi iniciado nos anos 80, mas que ainda carece de melhorias. Em termos de políticas públicas, observou-se a necessidade de leis que promovam e protejam as marcas coletivas, os selos e as denominações de origem, assim com a criação de organismos de promoção, regulação e controle destes mecanismos. Ademais, mostrou-se necessário revisar as políticas que tem convertido os bens públicos – educação, saúde, formação profissional, inovação e transferência de tecnologia – em bens privados.

Já o estudo de Cunha, Passador e Passador (2012) teve como objetivo identificar, por meio da experiência da formalização do Arranjo Produtivo Local (APL) de calçados de Birigüi (SP), se a presença de um agente intermediador que articula essa união é preterível para a formação da rede. Pretendeu-se com isso estipular qual o real papel de políticas públicas que buscam incentivar o desenvolvimento econômico local por meio da formação das redes interorganizacionais capitaneadas por um agente intermediário. Para atingir o objetivo utilizou da análise temporal e do estudo de caso pra identificar como o agente intermediador influencia a formação do APL.

Concluiu-se que a presença de um agente intermediador (sindicato), por si só, não garantiu a formação de laços de proximidade entre os membros da rede interorganizacional, e tampouco garantiu a troca de capitais sociais entre eles. O sindicato (agente intermediador) tinha um papel relevante como agente externo, imparcial, que organiza e promove iniciativas em prol do

desenvolvimento econômico e comercial do APL. Neste sentido, a ação do agente intermediador é necessária em conjunto com a política pública, e o agente público pode estimular a proximidade e as relações entre os participantes da rede. Observou-se, assim, que sistemas locais têm como um de seus condicionantes de sucesso as políticas públicas, pois estimulam esses agentes desenvolvimentistas, dado que há interesse no desenvolvimento econômico regional obtido por meio de efeitos positivos do aumento da produção, da qualidade dos produtos, da incorporação de valores agregados, das exportações e do desenvolvimento do mercado interno (CUNHA; PASSADOR; PASSADOR, 2012).

Quanto a pesquisa de Kachba e Hatakeyama (2012), buscou-se constatar e analisar a Gestão de Desenvolvimento de Produto (GDP), levantando as estratégias de inovação utilizadas em 5 APLs de confecção do estado do Paraná por meio das propostas do Projeto Rotas Estratégicas para o Futuro da Indústria Paranaense (PREPFIP). O método empregado é dedutivo e exploratório, com abordagem predominantemente qualitativa. Verificou-se que os APLs de confecção paranaenses não apresentam ações significativas no desenvolvimento de matérias-primas a partir de parcerias com fornecedores, com dificuldade de evoluir da fase de organização e formação com novos parceiros para desenvolvimento de produtos em conjunto. Portanto são necessárias estratégias fortes de inovação a partir de fornecedores, empresários, universidades, governo e institutos de pesquisa. Sugere-se a criação de linhas de crédito específicas para a execução de ações de inovação em empresas participantes dos APLs e o apoio governamental para projetos de pesquisa de universidades que foquem o desenvolvimento de produtos para PMEs organizadas em APL.

Arteche, Santucci e Welsh (2013), analisam a situação dos principais *clusters* da Argentina e de que forma estas estruturas associativas podem melhorar a criação de inovações e criar externalidades positivas. Destaca-se a avaliação das políticas públicas que sustentam o associativismo na Argentina e os elementos que compõem a estrutura e a morfologia de um *cluster* para poder determinar seu estado de evolução. A metodologia foi o estudo de caso mediante entrevistas como fontes de dados, observações *in loco* e análise de documentos. Os *clusters* possuem uma correta morfologia, ou seja, a constituição é coerente mesmo que ainda falte maior desenvolvimento para gerar conhecimento e inovação. Por sua vez, verificou-se que o papel do Estado é fundamental para a sustentabilidade do *cluster* por meio de políticas públicas que criem a parceria dos agentes e promovam a competitividade sistêmica e desenvolvimento territorial. Além disso, nenhum dos *clusters* pode prescindir de apoio financeiro e institucional do Estado.

A pesquisa de Rodriguez, Gómez e Valencia (2013) examinou o impacto das relações entre empresas e instituições sobre a inovação empresarial no setor de ferramentas metalúrgicas de Caldas (Colômbia). É um trabalho empírico mediante a aplicação de questionários em 101 pequenas empresas do setor, cujos dados foram tratados posteriormente por meio de modelos econométricos.

Os resultados indicaram que as ligações entre as empresas para executar P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e transferência de tecnologia e conhecimento, quando acontece, têm uma influência positiva sobre a P&D e a inovação na empresa, porém na rede estudada constatou-se que a proporção de empresas que realizou inovações e atividades de P&D é relativamente baixa. Nota-se também que a proporção de empresas que estabelece relações em função de P&D e transferência de tecnologia é pequena. Esta situação é um indicativo da importância que deve ser dada pelos agentes do governo, por meio de políticas públicas destinadas a incentivar as relações empresariais, particularmente em ambientes como o estudado, dados os recursos limitados que

tem por parte das empresas e instituições que existem neles, e pela baixa propensão para relacionarem-se. Igualmente é importante para fortalecer as ações conjuntas de empresas (independentemente da indústria) e de outras instituições de apoio à execução de projetos voltados para o desenvolvimento tecnológico e à inovação empresarial (RODRIGUES; GÓMEZ; VALENCIA, 2013).

Por fim, o estudo de Vásquez e Carreira (2014) buscou diagnosticar a situação sistêmica do setor de energia eólica na Galícia, e analisar as implicações em matéria de políticas para o fomento de um cluster industrial regional de caráter periférico. Os autores basearam-se na metodologia com enfoque evolucionista, pois a dinâmica de análise considera desde a implantação do modelo de desenvolvimento, a situação atual e a projeção futura, permitindo uma análise das transições setoriais e institucionais e o exame da cadeia de valor. Os resultados indicam que dadas as debilidades estruturais do setor é necessário: implementar medidas multidisciplinares, sobretudo do setor público mediante fomento e melhora do *cluster*; criar cadeia de valor; propiciar estabilidade normativa do setor através da definição do tamanho do mercado a ser explorado; criar política industrial centrada em incrementar a capacidade produtiva, sendo que a política pública deve atuar na oferta de mão-de-obra e tecnologia o que na atualidade do cluster analisado tem sido feito por subsidiárias de multinacionais que exploram o setor.

Fazendo uma análise geral dos artigos, verifica-se que parte dos autores propõem efetivas ações em termos de políticas públicas (CAMARA; SERCONE, 2006; GUAIPÁTIN, 2007; ALÈMAN (2009); MILANEZ; PUPPIM, 2009; CIFUENTES; LONDÑO, 2011; BOUCHER, 2012; KACHBA; HATAKEYAMA, 2012; VÁSQUEZ; CARREIRA, 2014). Por outro lado, a necessidade de políticas é verificada sem que sejam sugeridas ações específicas segundo apontam os trabalhos de Camara, Sousa e Oliveira (2006); Marini e Silva (2010); Gorestein e Moltoni (2011); Fournier e Muchnik (2012); Cunha, Passador e Passador (2012); Arteche, Santucci e Welsh (2013); Rodriguez, Gómez e Valencia (2013).

3.2 Análise de políticas públicas implementadas nos APLS

Landart *et al.* (2005) avaliaram se a política pública melhora realmente a competitividade empresarial dos clusters e redes por meio da avaliação de duas experiências, a primeira na Associação de Clusters no País Basco (CAPV) e a segunda na EzagutzaGunea, ambas na região de Euskadi no País Basco.

Os resultados apontaram que a presença do Estado foi fundamental ao fomento dos *clusters*, contudo a política pública teve uma participação limitada à iniciativa, sobretudo financeira, cabendo aos empreendedores locais o desenvolvimento. Em nenhum dos casos foi detectado uma melhora expressiva da competitividade dos *clusters* frente às políticas implementadas, porque não existe uma visão compartilhada de longo prazo pelos membros do *cluster*. Embora tenha sido construído um forte capital social por meio da cooperação, confiança e compartilhamento de conhecimentos e experiências essa situação não gerou impactos na competitividade. Considera-se que a política pública deve ser formulada como um objetivo de longo prazo, por meio da realização de projetos estratégicos comuns e assim conseguir ganhos de competitividade para os arranjos (LANDART *et. al.*, 2005).

A pesquisa de Gomes, Silva e Santos (2008), analisou a política de implantação e o desenvolvimento dos circuitos turísticos de Minas Gerais a partir da concepção de *cluster*. Para contemplar a análise, optou-se pela *survey*, cujos dados foram coletados através de questionário

semiestruturado, entrevistas, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. As entrevistas foram realizadas com diretores da Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais (Setur-MG).

Os resultados indicaram dificuldades como a falta de recursos financeiros e de infraestrutura básica. Assim, enquanto política pública verifica-se o baixo apoio da Setur-MG para consolidar os circuitos e descontinuidade dos trabalhos desenvolvidos pelos governos passados. Ocorre também falta de conhecimento sobre turismo pela população local; escassez de mão de obra qualificada; baixa divulgação dos circuitos; pouca integração entre os prefeitos; baixa integração dos circuitos; e falta de credibilidade do turismo, por parte dos prefeitos e empresários, como setor confiável para realização de investimentos (GOMES; SILVA, SANTOS, 2008).

Albino *et. al* (2010) investigaram a participação do poder público, das políticas públicas e dos empreendedores locais e avaliaram suas contribuições para o surgimento e o desenvolvimento do APL de móveis de Ubá - MG. Para tanto foi feito um estudo de caso, utilizando levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. A pesquisa de campo compreendeu entrevistas com atores estratégicos ligados ao APL. Os resultados apresentaram que o papel do APL moveleiro de Ubá para a geração de empregos e desenvolvimento local e regional é bastante significativo. A partir do desenvolvimento do APL e, principalmente após sua institucionalização, é que se passou a formular políticas um pouco mais apropriadas para atender às demandas do arranjo.

De acordo com os dados coletados, pode-se concluir também que, no caso do APL de Ubá, as políticas públicas de incentivo tiveram caráter apenas financiador, principalmente em termos de disponibilização de verbas para treinamentos para os participantes, logo, percebeu-se que, no APL, apresentam-se assimetrias no que se refere ao estágio de desenvolvimento e às características diferentes das empresas, de modo que existe a necessidade da revisão e reorientação das políticas públicas no sentido de reconhecer e atender aos tipos diversos de empresas presentes no pólo, bem como ter mais agilidade no atendimento das demandas. (ALBINO *et. al*, 2010).

Kronenberg, Villela e Zanin (2010) analisaram as implicações do Arranjo Produtivo Local (APL) de petróleo do Norte Fluminense sobre a governança regional e mais especificamente os impactos deste APL sobre o processo de formação do Território da Cidadania Norte-RJ. Os autores se valem da premissa na qual, ao assumir o território como unidade de gestão das políticas públicas, as ações a serem realizadas requerem o envolvimento e a articulação de distintos atores sociais por meio da constituição de uma governança democrática na construção de um projeto comum de desenvolvimento para o território. Para tanto, a coleta dos dados contou com a realização de 13 entrevistas semiestruturadas, guiadas por três roteiros previamente estabelecidos, entre os representantes dos empresários e da sociedade civil que compõem o colegiado territorial do Norte Fluminense, bem como com representantes do poder público, responsáveis pela articulação das ações no âmbito deste território.

Os resultados indicaram que a política pública existente trouxe implicações positivas e negativas para a região, tendo em vista que os benefícios não foram distribuídos de forma igualitária, ademais o que se percebe, porém, é que, se por um lado a concentração do APL de petróleo no Norte-RJ constitui a base produtiva da região, por outro promove a segregação do território em municípios ricos e pobres, ou seja, entre aqueles que se beneficiam ou não da atividade pelo recebimento dos *royalties* (KRONENBERG; VILLEA; ZANIN, 2010).

Já Lopez (2011) procurou elucidar a presença de certas condições e componentes necessários para a criação de um Sistema de Inovação Regional (SIR), como o estabelecimento de tarefas

territoriais interativas, relações interempresariais, apoios institucionais humanos e físicos e a relevância da proximidade geográfica como um elemento facilitador para constituir um SIR na região de Los Lagos, Chile. O método utilizado foi a pesquisa exploratória, com utilização de fontes primárias e secundárias e entrevistas com 58 atores ligados aos setores públicos e privados.

Os resultados revelaram que em termos de políticas públicas existe infraestrutura, especialmente de apoio à pesquisa que pode levar à geração de conhecimento e transferência de tecnologia para as empresas. Uma nova geração de políticas públicas nacionais, por meio de planos e instrumentos regionais, auxilia a incorporação da prática criativa na produção dos setores mais relevantes para a economia nacional e suas respectivas regiões. Porém o governo chileno precisa promover a coordenação dos atores visando gerar práticas para a cooperação entre representantes de instituições públicas e privadas (LOPEZ, 2011)

O estudo de Llambí (2012) teve como objetivo responder a quatro perguntas: 1) Quais foram as condições que possibilitaram o surgimento e duração de um processo de crescimento endógeno em um território rural nos Andes venezuelanos; 2) Quais as condições para que a experiência pudesse ser replicada em outros territórios?; 3) Com base nas análises deste processo, que conclusão podemos extrair sobre as possibilidades de coesão social e convergência econômica em escala nacional? e; 4) Quais seriam as condições para uma política nacional de desenvolvimento territorial rural com critérios de coesão social e sustentabilidade ambiental?

A partir de pesquisa bibliográfica foram avaliados os conceitos teóricos referentes a: descrição e análise de um processo de transformações territoriais nos Andes venezuelanos e, as propostas de desenvolvimento territorial rural na América Latina. Os resultados apontaram que, como o projeto é de iniciativas locais corre-se o risco de criar ilhas de prosperidade em contraposição ao mar de pobreza. Há também a necessidade de ampliação do projeto em nível nacional que suplante a necessidade da indústria petrolífera o quê depende de políticas públicas: macroeconômicas, mediante a reforma institucional e programas de integração nacional (LLAMBI, 2012).

O trabalho de Ribeiro *et. al* (2013) teve como objetivo abordar o Arranjo Produtivo Local (APL) como estratégia de desenvolvimento, mediante estudo com os apicultores do perímetro de irrigação do Nilo Coelho no Núcleo 7 do município de Petrolina/PE, para conhecer a atual situação e suas potencialidades. Em se tratando dos aspectos metodológicos, utilizou-se a coleta de dados secundários mediante pesquisa bibliográfica, e pesquisa de campo com aplicação de questionário estruturado realizada no período de setembro a outubro de 2012, com 33 associados.

Os resultados obtidos foram: os apicultores inseridos no APL apresentam vínculos de cooperação e aprendizagem com instituições locais, em especial com a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) e com o SEBRAE; o APL demonstra ter condições de gerar desenvolvimento para os apicultores; o APL do mel Petrolina/PE encontra-se em estágio embrionário necessitando ainda de bases estruturais e técnicas para que seja alcançado o desenvolvimento endógeno.

Com relação às políticas públicas implementadas, uma análise geral permite observar que alguns artigos revelam um impacto limitado da política executada (LANDART *et al.*, 2005; GOMES; SILVA; SANTOS, 2008; ALBINO *et. al*, 2010); enquanto os estudos de Kronenberg, Villela e Zanin (2010); Lopez (2011) e Ribeiro *et. al* (2013) apontam aspectos positivos e Kronenberg, Villela e Zanin (2010) também relatam aspectos negativos. Já Llambí (2012), não indica limitações nem efeitos positivos ou negativos, contudo alerta que a política pública traz riscos ao arranjo local.

Alguns artigos salientam a necessidade de rever as políticas públicas (LANDART *et al.*, 2005; ALBINO *et. al.*, 2010; LOPEZ, 2011; LLAMBÌ, 2012).

3.3 Outros

Os artigos classificados neste subtítulo não se enquadram em nenhum dos dois subtítulos anteriores. Inicialmente no artigo de Rodriguez e Valencia (2008), são analisadas a relação entre os *clusters* e a inovação no Departamento de Caldas, Colômbia. Os autores buscaram identificar conceitos teóricos sobre APL, clusters e inovação, a relação entre clusters e inovação definindo grupos (socioeconômico e de negócios) e a dinâmica interna de *microclusters* no referido departamento de Caldas. Como metodologia foi feito a revisão bibliográfica. Os resultados evidenciaram aspectos do *cluster* que possibilitam a inovação: a proximidade geográfica, as relações de confiança e cooperação interempresariais e interinstitucionais, a aprendizagem interativa, os fluxos de conhecimento, a especialização, a externalização, o mercado e a mobilidade do trabalho, as políticas públicas de fomento e o investimento em infraestrutura. Da análise das características do cluster derivou-se uma tipologia de inovação que diferencia entre inovações do tipo socioeconômico e inovações do tipo empresarial.

Lobo Silva e Hewings (2010) propõem um modelo para analisar o investimento em capital humano durante o processo de desenvolvimento dos APL's. A partir do pressuposto que as aglomerações permitem a difusão do conhecimento e por sua vez, este conhecimento se deve à qualificação do capital humano, as empresas tenderiam a cooptar este capital, inclusive de modo concorrencial entre si. Contudo, o comportamento oportunista de atrair capital humano qualificado de uma organização para outra, leva as organizações menos eficientes a selecionar trabalhadores menos qualificados, motivando a aglomeração entre si. A fim de contornar esta situação, Instituições de Ensino (IE) capacitariam estes trabalhadores, principalmente para reduzir o custo das empresas, com a condição que a demanda seja compensatória às IE's.

Os elementos utilizados para investigar os efeitos do investimento em capital humano basearam-se nas condições do APL, no equilíbrio da firma (retorno investimento em capital humano superar o custo de treinamento), e por fim na intervenção do governo em termos de política de subsídios às IEs. Os resultados apontam que: 1) os trabalhadores de APLs com muitas firmas inseridas em economias pequenas não receberão treinamento; 2) os trabalhadores de APLs com poucas firmas localizados em cidades de médio e grande porte receberão treinamento dentro das empresas e; 3) trabalhadores de grandes APLs localizados em grandes centros receberão treinamento oferecido externamente às suas firmas. Finalmente, baseado nos resultados teóricos do artigo e nos excedentes gerados pelo treinamento, a principal sugestão de política pública seria subsidiar IE nas regiões em que as firmas e a IE chegam a um equilíbrio sub-ótimo (em função do menor desenvolvimento do cluster há como consequência menor capacitação do trabalhador, o que pode ser melhorado – equilíbrio ótimo – pela entrada de IE ofertando a qualificação de mão-de-obra) (LOBO SILVA; HEWINGS, 2010).

Cardoso e Guimarães (2011) discutiram os fatores favoráveis à formação e a expansão do aglomerado de organizações de saúde no município de Ceres, Goiás. O pressuposto dos autores é que os vínculos sociais e as redes de relacionamentos são fatores importantes no processo de crescimento de hospitais, clínicas e serviços de saúde correlatos na região. Metodologicamente foi feita uma pesquisa exploratória, mediante estudo de caso, cujos dados coletados foram objeto de análise qualitativa. Os resultados indicam que, 42% dos médicos que trabalham em Ceres foram convidados por colegas de profissão. As redes de relacionamentos sociais e profissionais

tiveram e têm influência na expansão do *cluster* de saúde de Ceres. Além disso, o governo federal teve importante papel indutor da origem do *cluster* ao construir o primeiro hospital local.

Machado e Castillo (2013) buscaram determinar quais os elementos críticos para a avaliação do potencial das regiões para a formação de *clusters* turísticos. A metodologia foi a pesquisa quantitativa, descritiva, aplicação de questionários (escala Likert) com 22 pessoas especialistas no tema (empresários, acadêmicos e pesquisadores). Os resultados mostraram que os elementos críticos para a formação e desenvolvimento dos clusters do setor de turismo são: recursos turísticos a serem explorados; massa crítica de empresas com capacidades competitivas; disponibilidade de infraestrutura básica (aeroportos, estradas, telecomunicação, água potável, energia etc.); nível de desenvolvimento de infraestrutura comercial; demanda crescente para os produtos e serviços gerados; existência de empresas especializadas (hotéis, restaurantes, bares); existência de cooperação entre as empresas; cultura de subcontratação na cadeia de valor; melhoria da capacidade de inovação da indústria da região; ambiente macroeconômico que promova um ambiente competitivo favorável; existência de políticas do governo e incentivos que estimulem a cooperação entre as empresas da região; interesse por parte de associações industriais ou sindicatos de se envolver no desenvolvimento de iniciativas de clusters.

4. Considerações finais

Com o objetivo de definir qual a produção bibliográfica que trata de políticas públicas relacionadas aos arranjos produtivos, o presente artigo utilizou como metodologia a revisão sistemática que possibilitou elencar um total de 27 artigos, agrupando-os nos seguintes subtítulos: 3.1) análise de APLs e apontamento de políticas públicas; 3.2) análise de políticas públicas implementadas nos APLs; 3.3) outros.

No subtítulo 3.1 foi possível detectar que mais da metade dos autores propõem efetivas ações em termos de políticas públicas, enquanto que os demais não sugerem ações específicas. Depreende-se que ao observar a necessidade de políticas públicas os autores têm em comum propor ações como estabelecer a cooperação entre os agentes público e privado, criar infraestrutura produtiva, apoiar a P&D que viabilize a geração de conhecimento e fomentar a política de desenvolvimento de longo prazo.

Quanto ao subtítulo 3.2, são elencados pelos autores os efeitos das políticas públicas implementadas. Ao reagrupar os artigos denota-se que a necessidade de revisão das políticas públicas é abordada em 34% dos artigos; já os efeitos positivos e as políticas públicas com efeito limitado representam 50% do total de artigos; quanto aos efeitos negativos e o risco gerados pela implementação de política pública, ambos são referenciados por apenas dois autores representando 16%.

Por fim, os artigos constantes do subtítulo 3.3 são abrangentes e tratam desde os aspectos teóricos de arranjos até modelos de avaliação de APL. Neste sentido, a política pública se insere no conjunto de abordagens conceituais sobre os *clusters* sem aprofundar a discussão.

Destaca-se que o tema tem recebido atenção crescente nos últimos dez anos (período abrangido neste artigo), conforme apresentado no Gráfico 1. Ademais, os artigos revelam em sua maioria que as políticas públicas são relevantes ao desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.

Sugere-se para pesquisas futuras o aprofundamento do tema mediante a ampliação da base de dados, o que permitirá elencar as políticas públicas desenvolvidas nos APL's compreendendo a formulação e a execução das mesmas.

Referências

- ALBINO, A. A.; LIMA, A. A.T.F.C.; SOUZA, S. D.C.; BEHR, R.; OLIVEIRA, R. S. Análise sobre ação empreendedora políticas públicas no APL Moveleiro de Ubá, MG. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v.3, n.2, p. 230-244. 2010.
- ALEMAN, P.M. Los cluster tecnológicos en México y Argentina: una estrategia para el desarrollo local. **Territorios**, Bogotá, v. n. 21, p. 31-55. 2009.
- ARTECHE, M.; SANTUCCI, M.; WELSH, S. V. Redes y clusters para la innovación y la transferencia del conocimiento. Impacto en el crecimiento regional en Argentina. **Estudios Gerenciales**, Cali, v. 29, p. 127-138. 2013.
- BARROSO, J.A.; SOARES, A.A.C. O impacto das políticas públicas no desenvolvimento de arranjos produtivos locais: o caso do APL de ovinocaprinocultura em Quixadá, Ceará. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 43, n.6, pp.1435-1457. 2009.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. 2.ed.São Paulo: Hucitec, 1999. 266 p.
- BOUCHER, F. De La Air a Los Sial: Reflexiones, retos y desafios em América Latina. **Agroalimentaria**, Mérida, v. 18, n. 34, p.79-90. 2012.
- CALDAS, R.W (coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p.
- CAMARA, M. R. G.; SERCONI, L. Gestão empresarial e tecnológica em três clusters moveleiros selecionados no sul do Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v.27, n. 1, p. 35-50. 2006.
- CAMARA, M.R. G.; SOUZA, L.G.A.; OLIVEIRA, M.A. O corredor da moda do norte-noroeste do Paraná à luz dos Arranjos Produtivos Locais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 110, p. 33-68, jan/jun. 2006.
- CARDOSO, F. M. C. B.; GUIMARÃES, L. O. Processo de formação e expansão de *cluster*: o caso do aglomerado de Ceres, GO. **REGE**, São Paulo I, v. 18, n. 4, pp. 549-568. 2011.
- CARVALHO, D.M.; PRÉVOT, F.; MACHADO, J.A.D. O uso da teoria da visão baseada em recursos em propriedades rurais: uma revisão sistemática da literatura. **R. Adm**, São Paulo, v. 49, n.3, p.506-518, jul./ago./set. 2014.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL, M. L. (orgs.). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 21-34.

CIFUENTES, J. C.A.; LONDOÑO, A. I. G. Primera aproximación a la caracterización y medición de las industrias culturales en Cali. **Estudios Gerenciales**, Cali, v. 27, n. 120, p.13-40. 2011.

CUNHA, J. A. C.; PASSADOR, J. L.; PASSADOR, C. S. A presença de agentes intermediadores na formação de redes interorganizacionais: uma análise sob a perspectiva temporal. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 108-128, mar. 2012.

FOURNIER, S.; MUCHNIK, J. El enfoque «SIAL» (SISTEMASAGROALIMENTARIOS LOCALIZADOS) e la activación de recursos territoriales. **Agroalimentaria**, Mérida, v. 18, n. 34; enero-junio, p. 133-144.

GOMES, B. M. A.; SILVA, V. J.; SANTOS, A. C. Políticas Públicas de Turismo: uma Análise dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais sob a Concepção de Cluster. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.19, n.2, p. 1-20. 2008.

GORESTEIN, S.; MOLTONI, L. Conocimiento, aprendizaje y proximidade en aglomeraciones industriales periféricas. Estudio de caso sobre la industria de maquinaria agrícola en la Argentina. **Investigaciones Regionales**, Barcelona, v.20, p.73-92. 2011.

GUAIPATÍN, C. La cooperación público-privada como instrumentode desarrollo: Lecciones de seis aglomeraciones agroindustriales en América Latina. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, Amsterdam, n.82, pp. 51-68. 2007.

KACHBA, Y. R.;HATAKEYAMA, K. Estratégias de inovação em APLs: viés para o desenvolvimento de produtos de moda. **Produção**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 751-761. 2013.

KRONEMBERG,T. S.; VILLEA, L. E.; ZANI, F. B. APLs e Desenvolvimento Territorial: um Estudo sobre o Programa Território da Cidadania Norte do Rio de Janeiro. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v.10, n. 21, p. 28-60. 2012.

LANDART, C. I.; QUEREJETA, M.J.A.; AMONARRIZ, C.A.; ARANGUREN, M.L. ¿La política industrial de clusters/redes mejora realmente la competitividad empresarial? Resultados de la evaluación de dos experiências em la Comunidad Autónoma de Eusaki. **Ekonomiaz**, Vitoria-Gasteiz, v. 2, n. 60, p. 10-63, 3º cuatrimestre. 2005

LLAMBÍ, L. Processos de transformação territorial y agendas de desarrollo rural: Ee municipi Rangel y La Asociación de produtores integrales del Páramo (PROINPA) em los Andes Venezolanos. **Agroalimentaria**, Mérida, v. 18, n. 35, p.19-30. 2012.

LOBO E SILVA, C.L.; HEWINGS, G.J.D. A decisão sobre investimento em capital humano em um Arranjo Produtivo Local: uma abordagem teórica. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 64, n.1, p. 67-69, jan-mar. 2010.

LOPEZ, G.A.D. Análisis de un sistema de innovación regional:una aproximación para el casode la Región de Los Lagos, Chile. **Región y sociedad**, Hermosillo, v. 22, n. 50, p. 249-278. 2011.

MACHADO, C.A.C.; CASTILLO, J.R.C. Elementos críticos para la evaluación del potencial de las regiones para la formación de clusters turísticos. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v.22, p. 450-472. 2013.

MARINI, M.J.; SILVA, C.L. Políticas públicas e Arranjos Produtivos Locais: uma análise do APL de confecção sudoeste do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.118, p.87-112, jan./jun. 2010.

MASON, C.; CASTLEMAN, T.; PARKER, C. Communities of enterprise: developing regional SMEs in the knowledge economy. **Journal of Enterprise Information Management**, v. 21, n. 6, p. 571-584. 2008.

MATTOS, S.M.C.S. Arranjos produtivos locais como estratégia para o desenvolvimento local: o caso de Maracás. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 39, p 131-167, jul-dez. 2008.

MEDEIROS, M. L.; ALVES, T.; PASSADOR, J. L.; PASSADOR, C. S. Administração e políticas públicas em educação: uma revisão sistemática da produção do Enanpad e do Enapg de 1997 a 2009. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 30, p. 39-60, mai./ago. 2011.

MILANEZ, B.; PUPPIM, J.A. Ambiente, pessoas e labor: APLs além do desenvolvimento econômico na mineração de opalas em Pedro II, no Piauí. **Cadernos EBAPE.BR.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 528-546. 2009.

RIBEIRO, K. A.; NASCIMENTO, D. C.; CASSUNDÉ JUNIOR, N. F.; MORATO, J. A. Q. Arranjo produtivo local (APL) como estratégia de potencializar as fronteiras mercadológicas do apicultor no perímetro de irrigação Senador Nilo Coelho em Petrolina (PE). **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 99-120. 2013.

RODRIGUEZ, F.B.; GÓMEZ, H.M.S.; VALENCIA, J.C.N. Redes empresariales locales, investigación y desarrollo e innovación en la empresa. Cluster de herramientas de Caldas, Colombia. **Estudios Gerenciales**, Cali, v. 29, p. 247-257. 2013.

RODRIGUEZ, F.B.; VALENCIA, J. C.N. La innovación tecnológica en el contexto de los clusters regionales. **Cuad. Adm. Bogotá**, Bogotá, v. 21, n. 37, p. 133-159, Julio-diciembre. 2008.

RUA, M.G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos, 2009. Disponível em: < <http://projetos.dieese.org.br/projetos/SUPROF/Analisepoliticaspublicas.PDF>>. Acesso em: 20 Nov, 2014

SANTOS, G.A.G; DINIZ, E.J; BARBOSA, E.K. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 151-179, dez. 2004.

VÁSQUEZ, P.V.; CARREIRA, M.C.S. Dinámicas en el sector eólico gallego e implicaciones para el fomento de un cluster. **RIPS**, Santiago de Compostela, v. 13, n. 1, p. 157-175. 2014.